

Dívida de Estados e municípios cresceu 41,70%

liária cresceu em porcentual bem superior, a combinação destes dois fatores indica que o principal motivo de tal aumento foram os juros reais. O mesmo pode se dizer da dívida como um todo, já que esta cresceu 41,7%. Ou seja, o que mais empurrou para cima o nível de endividamento foi a rolagem dos juros da própria dívida. Como não houve receita suficiente para pagar esses juros, a dívida cresceu.

Os dados do BC sobre déficit público mostram que as despesas dos Estados e municípios com juros reais, em 1995, chegaram perto de R\$ 14,7 bilhões, se considerada a inflação pelo IGP-DI. O BC não forneceu o número, mas esta é a diferença entre o déficit no seu conceito primário, que ignora gastos com dívida, e o déficit operacional, que agrega as despesas com juros reais (e que foi de R\$ 15,8 bilhões).

Não foram apenas os juros altos, porém, que deterioraram as finanças públicas estaduais e municipais em 1995, aumentando o endividamento. Os Estados e municípios não conseguiram sequer o equilíbrio mais elementar de contas, pois as receitas não cobriram nem as despesas que não se referem à dívida, como folha de pessoal.

Mesmo que não tivessem gasto um centavo com juros, os governos estaduais e as prefeituras teriam resgistrado déficit em 1995, de R\$ 1,03 bilhão. Este foi o déficit no seu conceito primário. O governo federal tem atribuído ao crescimento das despesas de pessoal o principal motivo deste "desequilíbrio primário de contas".

No seu conceito mais amplo (o nominal), que inclui todos os encargos de dívida, sem expurgar efeito de inflação, o déficit estadual e municipal em 1995 totalizou R\$ 24,01 bilhões. No conceito nominal, os Estados e municípios também foram o segmento que mais pesou no déficit do conjunto do setor público, que foi de R\$ 47,8 bilhões neste caso.

Débito saltou de R\$ 51 bilhões em dezembro de 94 para R\$ 72 bilhões em 95

MÔNICA IZAGUIRRE

BRASÍLIA — O nível de endividamento dos Estados e municípios cresceu 41,7% em 1995, saltando de R\$ 51,09 bilhões em dezembro de 1994 para R\$ 72,43 bilhões em dezembro de 95. A incapacidade de pagar os altos juros de suas dívidas foi o principal motivo do déficit registrado pelos governos estaduais e municipais no ano passado. Descontada a parcela dos encargos de dívida referente à inflação, eles registraram um buraco de R\$ 15,8 bilhões (ou 2,43% do PIB) entre despesas e receitas. Isso corresponde a quase a metade do déficit de todo o setor público, que, incluindo ainda governo federal e empresas estatais de todas as esferas, foi de R\$ 32,22 bilhões, ou 4,95% do PIB.

Os números do endividamento estadual e municipal, divulgados pelo Banco Central, já descontam créditos como arrecadação a recolher e depósitos em conta corrente, referindo-se, portanto, ao montante líquido devido. Só a dívida contratual com a rede bancária deu um salto de R\$ 8,53 bilhões (35%), fechando o ano em R\$ 32,37 bilhões. A que mais cresceu, no entanto, foi a dívida representada pelos títulos estaduais e municipais em circulação, cujo montante aumentou 55,1%, passando de R\$ 24,2 bilhões para R\$ 37,5 bilhões.

A legislação que regula o endividamento mobiliário (em títulos) não permitiu, em geral, que Estados e municípios emitissem títulos além do volume necessário para rolar a dívida já contraída, acrescida dos respectivos encargos financeiros. Ao mesmo tempo, os índices de inflação referentes a 1995 ficaram na maioria abaixo dos 20%.

Considerando que a dívida mobi-

**JURO ALTO
FOI PRINCIPAL
MOTIVO DO
DÉFICIT**